



UMA PERSPECTIVA SOBRE O NEGRO A PARTIR DA ANÁLISE DE UM LIVRO DIDÁTICO DO 6º ANO

Nathália Cristielle Mouzinho de Oliveira (1); Hamilton Ferreira de Sousa Neto (1); Guilherme Willisgnton Tavares Pereira (2); Natanael Araújo Faustino (3).

1. *Universidade Federal do Maranhão, nathaliamouzinho@yahoo.com.br*
1. *Universidade Federal do Maranhão, ahmiltonnetto@hotmail.com*
2. *Universidade Federal do Maranhão, guilhermewillisgnton@gmail.com*
3. *Universidade Federal do Maranhão, natan.faustino@hotmail.com*

Resumo: Este trabalho designa refletir sobre algumas abordagens referentes a perspectiva que se faz sobre o negro dentro do livro didático de História no ensino público municipal das séries finais/6º Ano. Este se justifica pelas discussões surgidas em torno da temática Afro dentro dos currículos escolares a partir da Lei 10.639/03, bem como a sua alteração à Lei nº 11.645/2008, tendo em vista a sua obrigatoriedade de aplicação no ensino, executado por intermédio dos professores e o livro didático em sala de aula. Para tanto, a pesquisa se perpassa pelo eixo da educação proposta ao negro durante a história do Brasil. Em seguida, faz-se uma breve contribuição acerca da relação entre Brasil e África, fator que corrobora para o ensino da temática Afro para além da efetivação da Lei 10.639/03. Por conseguinte, contempla-se a importância do livro didático enquanto recurso metodológico no processo de ensino e aprendizagem, e sua contribuição na construção de identidades. Dentro destas observações, realiza-se uma análise prévia acerca do negro dentro do objeto de estudo que é o livro didático de Alfredo Boulos Júnior, ao passo em que se atribui uma pesquisa de campo como necessidade de diagnosticar a percepção e uso do professor deste instrumento em sala de aula, como contribuição à possível concretização às discussões das políticas e das relações étnico-raciais.

Palavras - chave: Ensino, livro didático, negro.

UMA PERSPECTIVA SOBRE O NEGRO A PARTIR DA ANÁLISE DE UM LIVRO DIDÁTICO DO 6º ANO

Nathália Cristielle Mouzinho de Oliveira (1); Hamilton Ferreira de Sousa Neto (1); Guilherme Willisgnton Tavares Pereira (2); Natanael Araújo Faustino (3).

1. *Universidade Federal do Maranhão, nathaliamouzinho@yahoo.com.br*
1. *Universidade Federal do Maranhão, ahmiltonnetto@hotmail.com*
2. *Universidade Federal do Maranhão, guilhermewillisgnton@gmail.com*
3. *Universidade Federal do Maranhão, natan.faustino@hotmail.com*

Introdução



O presente trabalho tem por finalidade propor algumas abordagens acerca do negro no livro didático utilizado nas séries finais, em específico no 6º Ano, tendo em vista não somente as políticas de inserção do estudo da temática Afro nos currículos escolares, como se aplica à Lei 10.649/2003, bem como a Lei 11.645/2008 que modifica a lei anteriormente citada, mas principalmente em conhecer e reconhecer o estudo dessa temática como contribuição à construção de identidades, do direito do negro enquanto sujeito de construção da história, assim como formar cidadãos embasados numa educação de tolerância e respeito à diversidade.

Esta proposta surgiu a partir de uma atividade realizada durante a disciplina Prática e Análise do Livro Didático ofertada pelo Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, da Universidade Federal do Maranhão/Codó (UFMA) que teve como recomendação analisar o livro didático em uma escola pública municipal de Codó¹ - MA, tendo como delimitação e objeto de estudo o livro didático de História do 6º Ano.

Para melhor assimilação do desenvolvimento desta pesquisa, faz-se necessário perpassar sobre o histórico da relação entre o negro e a educação no país, período em que se pode perceber que mesmo após a abolição, a discrepância com que os fatores educacionais se propuseram diante do negro ainda era de segregação e até mesmo total exclusão. Porém, em meio a este incômodo, surgem as ações coletivas no sentido de estabelecer uma nova visão acerca do negro. Como aponta Blumer:

[...] empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem e vida. Eles surgem de uma situação de inquietação social, derivando suas ações dos seguintes pontos: insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida. (BLUMER *apud* GOHN, 1997, p. 30).

Sugere-se a partir deste um prévio conhecimento em torno da Frente Negra Brasileira (FNB) que desenvolveu papel relevante na construção da identidade do negro na história da educação do Brasil, dando-se, portanto, os primeiros olhares sobre o negro no acesso à educação. Tais entidades no percurso da história do país alertaram para o despontar de debates de políticas que fortalecessem os discursos e ações inclusivas voltados às relações étnico-raciais e culturais, contribuindo então para o surgimento de órgãos como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

¹ População estimada 2015: 120.265. Área de unidade territorial (km²) 4.361,341. Densidade demográfica (hab/km²) 27,06. Código do Município: 2103307. Gentílico: codoense. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210330&search=maranhao|codo>. Acesso em: 11 Ago. 2016.



Ainda neste sentido, faz-se um breve apanhar no que se justifica a necessidade do estudo Afro, tendo os aspectos sócio-econômicos, linguísticos e culturais que estreitaram e enriqueceram as relações entre Brasil e África, elementos que propuseram sinais identitários na afinidade entre estes povos. Contribuindo a este parecer histórico da importância do estudo Afro em sala de aula, perpassa-se sobre a promulgação da Lei nº 10.639/2003, tornando obrigatório o ensino de história e da cultura afro-brasileira, como suporte às discussões de reconhecimento e afirmação de direitos a partir de políticas educacionais como valorização da diversidade defendida pela comunidade afro-brasileira.

Propõe-se, então, a partir desses aspectos acentuados acerca da discussão das relações étnico-raciais, analisar a perspectiva em que o livro didático de história é usado como recurso metodológico do processo de ensino e aprendizagem, abordando os temas relacionados ao negro no sentido de educar para o reconhecimento e construção identitária voltadas para a tolerância e respeito ao outro. Bem como a forma como o professor faz uso deste instrumento como subsídio às discussões no que tange a abordagem da temática Afro em sala de aula durante todo o ano letivo.

Dentre as histórias de lutas e desafios do movimento negro, ressalta-se o fator educação, perspectiva que nos leva a refletir sobre as prováveis tentativas frustradas de criação de escolas para a população negra após a abolição, proveniente principalmente da falta de apoio do Estado, falta de qualificação pedagógica dos gestores, bem como a escassez de recursos que pudessem dar suporte a este público em específico.

Domingues (2008, p. 522) afirma que “o maior e mais importante departamento da FNB foi o de Instrução, também chamado de Departamento de Cultura e Intelectual. Era o responsável pela área educacional FNB.”

A proposta educacional defendida pela FNB sob a égide do acesso do negro ao conhecimento de forma completa enfatizava não somente a formação pedagógica, mas também a promoção de uma formação cultural e moral do mesmo, possibilitando assim a formação de um indivíduo capaz de posicionar-se contra o preconceito pregado naquele período. Esta preocupação em organização quanto à educação pode ser compreendida ao analisarmos o Estatuto da Frente Negra, publicado no Diário Oficial e registrados em 04 de novembro de 1931, ao ressaltar: *Art. 3º - A Frente Negra Brasileira, como força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra. Par. Único – Para a execução do art. 3º, criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esportes dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira.*²



Dentro desta perspectiva, pode-se verificar que a construção e afirmação do negro dentro do espaço político e social no qual se desenvolvia naquele período, se faziam consolidadas a partir de suas raízes fincadas na educação. Acreditava-se que os negros, na medida em que progredissem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A educação teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo.³

Esta análise inicial sob uma perspectiva histórica do acesso do negro à educação faz-se necessária tendo em vista os entraves enfrentados por este sujeito na construção da história do Brasil, para que se possa compreender e discutir os obstáculos encontrados em reconhecer este sujeito sob uma proposta contemporânea, porém, como sujeito presente nos livros didáticos de história.

Como constatado anteriormente, a relação do negro e a educação no tocante da história no Brasil não refletiu sob uma perspectiva de reciprocidade, mesmo após a abolição. Dado os aspectos a exemplo como esse modelo de desenvolvimento de segregação e, portanto, exclusão, o Estado sente a necessidade, a partir de discussões com entidades políticas preocupados em enfatizar o fortalecimento das relações étnico-raciais e culturais, em criar órgãos ramificados dentro do propósito educacional capazes de ensejar um desenvolvimento sobre a égide da inclusão, como é o caso da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Conforme MEC (2004, p.5) sobre a SECAD, “um dos seus objetivos é tornar a multiplicidade de experiências pedagógicas dessas áreas em modos de renovação nas práticas educacionais”.

Outro aspecto relevante aos desenvolvido de políticas e inserção do estudo Afro se faz valer da relação entre Brasil e África, por coadunarem para além dos aspectos sociológico, antropológico, geográfico e histórico, corroborando ao estudo da temática Afro para que através do conhecimento, possa se fazer perceber e reconhecer os elementos sociais econômicos, linguísticos e culturais que se inter-relacionam ao longo da formação histórica do Brasil, elementos formadores de vestígios identitários a serem explorados e, portanto, desvelarão as interdependências construídas entre esses povos. Nesse sentido, a temática africana em sala de aula articula um rebatimento direto com a realidade brasileira, buscando desse modo, contribuir com a ampliação do exercício da cidadania e do fortalecimento dos marcos identitários nacionais.⁴

² Estatuto da Frente Negra, publicado no Diário Oficial e registrados em 04 de novembro de 1931.

³ DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil (p.351). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/15.pdf>. Acesso em: 28 de Jul de 2016.

⁴ SERRANO, Carlos. Memória D'África: a temática africana em sala de aula. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010. (p. 13)



Como suporte às discussões de reconhecimento e afirmação de direitos a partir de políticas educacionais baseadas em estratégias pedagógicas de valorização da diversidade defendidas pela comunidade afro-brasileira, é promulgada ainda na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, tornando obrigatório o ensino de história e da cultura afro-brasileira, políticas que constituem um avanço, porém, de passos ainda tímidos na inserção dos direitos humanos no tocante do sistema educacional, cabendo aos profissionais da educação e sociedade de um modo geral, o ato desafiador de se fazer aplicar a legislação de fato.

Discutir as relações étnico-raciais dentro do âmbito escolar, para além da necessidade de corroborar a aplicabilidade da lei, torna-se tarefa cada vez mais desafiadora.

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (MEC, 2004, p. 15)

Porém, a escola enquanto instituição social não se torna espaço limítrofe para a discussão acerca de políticas de valorização sobre o contexto ético, cultural e pedagógico. Mas, ressalta-se o ambiente escolar como imprescindível na formação cidadã crítica do indivíduo, propondo elucidar e, portanto, construir um espaço democrático de igualdade a partir dos pilares do conhecimento, discussão e respeito.

No tocante da necessidade até então apresentada em se discutir as relações étnico-raciais na escola, faz-se fundamental estreitar cada vez mais esse espaço de diálogo, para tanto, restringe-se aqui o papel do professor, sujeito mediador da observação, identificação e quando se fizer necessário, desmistificação de posturas preconceituosas, profissional este a ser qualificado constantemente para que se torne capaz de discutir as temáticas sociais dentro da sala de aula, para além da sua especificidade de formação. E ainda sob a ótica deste espaço proposto, faz-se reconhecer o livro didático enquanto instrumento de trabalho elaborado na intenção de oferecer suporte tanto aos professores quanto aos estudantes, sobre aquilo que se deseja investigar.

De acordo com CHOPPIN *apud* BITTENCOURT (2002, p.69) “Os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos; são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas.” Choppin desperta para a importância do livro didático enquanto instrumento de mediação e, portanto, reflexão acerca da história e cultura de determinados grupos, na ocasião, ressalta-se o uso do livro didático de História em sala de aula como recurso cultural histórico, como elemento pedagógico de reflexão essencial



acerca das relações étnico-raciais dentro do processo de ensino e aprendizagem, objetivando considerar uma educação de fortalecimento dessas relações não somente entre os próprios negros, mas a relevância de despertar a consciência negra também entre os brancos.

Metodologia

Para elaboração deste trabalho, utilizou-se da busca e leitura de bibliografias que referenciassem a discussão acerca do ensino da cultura Afro no Brasil como subsídio inicial ao tema escolhido. Em complemento a essas atribuições, também se fez necessário a busca por leituras acerca do objeto de estudo, o livro didático, para que se pudesse assimilar a importância do uso deste recurso metodológico em sala de aula. Dado o embasamento teórico, fez-se a escolha de um livro didático de história utilizado em uma escola pública municipal de Codó – MA, nas séries finais/6º Ano, tornando-se possível relacionar na prática as abordagens teóricas utilizadas anteriormente.

Como conferência a esta pesquisa, elaborou-se um questionário base previamente elaborado na academia, no intuito de coletar dados que pudessem oferecer suporte à compreensão da pesquisa na perspectiva sobre o negro no tocante do uso do livro didático. Dados que ofereceram auxílio para a geração de informações acerca da visão das professoras, como gerador de resultados às discussões que se analisaram.

Resultados e Discussões

Neste contexto, o livro de História – Sociedade & Cidadania, proposto por Alfredo Boulos Júnior⁵, objeto de estudo conforme mencionado anteriormente apresenta aspectos proeminentes acerca da discussão das relações étnico-raciais, enfatizando desde o uso de imagens à textos complementares como forma de reconhecimento de fato por parte dos leitores acerca daquilo que não se pôde presenciar num determinado espaço e tempo. A reflexão sobre as diversas ilustrações dos livros didáticos impõe-se como uma questão importante no ensino das disciplinas escolares pelo

⁵ Atualmente é aluno do programa de doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História Política e Sociedade. Atuando principalmente nos seguintes temas: Representação, Imagens, africanos, afro-descendentes, livro didático e África. Disponível em: <http://www.escavador.com/sobre/619058/alfredo-boulos-junior#profissional>. Acesso em: 15 Jul 2016.



papel que elas têm desempenhado no processo pedagógico, surgindo indagações constantes quando se aprofundam as análises educacionais.⁶

Ao analisarmos as ilustrações propostas por BOULOS no que se refere ao negro, verifica-se que o autor possibilita tanto ao professor enquanto mediador desse processo educacional, quanto ao estudante, uma leitura de acessível compreensão, pois no decorrer da obra, o autor propicia à interpretação da imagem do negro, diretamente associada aos textos, em suas respectivas páginas, enunciados e legendas, como complementaridade a discussão enfatizada pelo texto, ainda que o tema naquele momento contextualizado não trate exclusivamente de discussões acerca do negro enquanto indivíduo central da história. Neste sentido, percebe-se a possível intencionalidade do autor em sugerir a investigação da participação deste sujeito histórico.

Neste, o autor a exemplo, utiliza não somente a imagem da lei nº 11.645/08⁷ como reconhecimento de uma fonte histórica escrita, mas também expõe questionamentos ao professor e aos estudantes acerca de um tema que reflete o âmbito social - em específico, enfatizamos as relações étnico-raciais expostos nesta lei. Identifica-se, portanto, neste contexto a preocupação do autor em levar a discussão para além do seu conhecimento, mas reafirmando a sua necessidade de aplicabilidade no âmbito escolar ressaltando o debate em um grupo diverso que é o espaço escolar, capaz de a partir deste, despertar de conhecimento prévio, aprofundar-se e discutir as relações étnico-raciais em qualquer outro espaço social.

Ao analisar o livro em questão, verifica-se que há uma preocupação de BOULOS em subsidiar para a afirmação do negro enquanto indivíduo de destaque na construção da formação social da história, desconstruindo estereótipos de sujeição a ele direcionada como tornou-se comum testemunhar em livros ao longo do ensino de História.

Este ponto é identificado quando o autor apresenta por meio de elementos icnográficos, fotografias de duas mulheres negras militantes, sendo elas: a professora, política e intelectual Lélia Gonzales⁸ e, a atriz e ativista Ruth de Sousa⁹, na contextualização em que as imagens são inseridas,

⁶ BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: O saber histórico na sala de aula. São Paulo: FTD, 2005. (p. 70).

⁷ Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 15 Jul 2016

⁸ Lélia Gonzalez Lélia Gonzalez (Belo Horizonte, 1 de fevereiro de 1935; Rio de Janeiro, 10 de julho de 1994) foi uma intelectual, política, professora e antropóloga brasileira. Seus escritos, simultaneamente permeados pelos cenários da ditadura política e da emergência dos movimentos sociais, são reveladores das múltiplas inserções e identificam sua constante preocupação em articular as lutas mais amplas da sociedade com a demanda específica dos negros e, em especial das mulheres negras. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-



o autor propõe ao professor ressaltar a luta, espaço e respeito por elas conquistado, à medida que aguça o estudante a ampliar suas pesquisas e questionar sobre as mesmas, associando suas lutas, as lutas de outros personagens da História, só que a partir de uma mesma proposta, em tempos e espaços diferentes, propondo através desta relação o aprendizado acerca do tema proposto.

No Brasil, embora não se possa encontrar pesquisa especialmente dedicada à produção iconográfica na área de História, existem trabalhos que buscam analisar como determinados segmentos sociais têm sido representados, especialmente os indígenas e a população negra, nos diversos livros escolares. (SILVA, GRUPIONI *apud* BITTENCOURT, 2002, p. 75).

Verifica-se, portanto, que para além das fronteiras do que se pretende transmitir entre textos e imagens, há uma preocupação constante do autor em oferecer aportes teóricos e metodológicos suficientes para que o professor possa auxiliar o estudante no que tange as relações étnico-raciais. Disponibilizando não só os pontos de pesquisas complementares das quais os estudantes também poderão ter acesso ao longo do estudo do livro, mas oferecer ao final do livro o Manual do professor com informações sobre as respostas no tocante das atividades propostas ao decorrer da obra.

Percebe-se que há um propósito em subsidiar o professor com textos complementares, na ocasião o autor utilizou de nove textos que abordam as relações étnico-raciais, bem como indicações de livros, sites e filmes, mas desperta-se para a intenção do mesmo em inculcar no professor enquanto mediador do processo de ensino e aprendizagem, a importância que o mesmo tem em conhecer e reconhecer a importância da temática afro dentro do contexto educacional, e, portanto formação social desses estudantes.

Como meio de enriquecimento a esta pesquisa, fez-se imprescindível analisar a visão de duas professoras, negras, profissionais atuantes em escolas diferentes da rede pública municipal de ensino, para que ambas pudessem oferecer o seu parecer acerca do livro de BOULOS, objeto em questão, tendo como perspectiva a abordagem que o autor faz acerca do negro neste recurso metodológico. Constatou-se que ambas possuem graduação em Licenciatura em História o que propõe a alusão de que as mesmas possuem embasamento no que tange a formação, para melhor

americano.pdf. Acesso em: 18 Jul 2016.

⁹ Ruth de Souza é reconhecida como uma das principais atrizes brasileiras, de fama nacional e internacional, atuou em teatro, televisão e cinema. Sua sólida carreira foi construída através de dedicação e perseverança, abrindo caminhos para diversos atores negros que até então não tinham espaço, seja no teatro, na televisão ou no cinema brasileiro. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/2014/07/17/ruth-de-souza>. Acesso em: 18 Jul 2016.



interpretação do livro didático de História, tendo como base as experiências adquiridas a partir da leitura e uso de livros didáticos de outros autores.

Inicialmente, se faz necessário compreender que o livro didático adotado pelas professoras e suas respectivas escolas independe da adoção do mesmo livro nas demais escolas do município, ou seja, cabe a cada escola a escolha e forma de análise do livro a ser adotado, ressaltando que as mudanças dos livros em todas as escolas do município acontecem em ciclos trienais. Consoante os critérios de avaliação do livro didático, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

Um edital especifica todos os critérios para inscrição das obras. Os títulos inscritos pelas editoras são avaliados pelo MEC, que elabora o Guia do Livro Didático, composto das resenhas de cada obra aprovada, que é disponibilizado às escolas participantes pelo FNDE. Cada escola escolhe democraticamente, dentre os livros constantes no referido Guia, aqueles que deseja utilizar, levando em consideração seu planejamento pedagógico. (FNDE, 2016)

Conforme a localização em que o objeto de estudo é analisado, a seleção do livro didático ocorre por meio de reunião de professores registrada em ata, momento em que os professores de todas as disciplinas ofertadas pela escola reúnem-se, em seus respectivos turnos, para discutir as coleções apresentadas pelas editoras, havendo divergência de opiniões, é realizada uma reunião extraordinária para discutir sobre os pontos que se contrapuseram.

Como embasamento aos critérios que nortearão a seleção do livro, os professores utilizam de material fornecido pelo orientador pedagógico da própria escola, material este elaborado a partir das orientações constantes no site do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o PDDE Interativo¹⁰, em conjunto aos objetivos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Conforme (PDDE Interativo, 2016) “a escolha deverá ser realizada a partir de uma reflexão coletiva entre os professores, com base nas orientações constantes no Guia de Livros Didáticos, disponível no portal do FNDE.”

Cientes dos critérios avaliativos, a escola propõe que se torne imprescindível conhecer o currículo do autor para que durante a análise da abordagem do mesmo sobre os temas, se consiga identificar as experiências do autor acerca da disposição da escrita sobre os temas. Pois, conforme o conhecimento acerca dos temas apresentados em toda a coleção procura-se associar à progressão de aprendizagem planejada pela escola.

¹⁰ O PDDE Interativo é uma ferramenta de apoio à gestão escolar desenvolvida pelo Ministério da Educação, em parceria com as Secretarias de Educação, e está disponível para todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar de 2014. Disponível em: <http://pddeinterativo.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 de Agosto de 2016.



Na abordagem sobre o ensino afro na escola, tendo como recurso metodológico de apoio o livro didático, foi possível observar que ainda há uma dificuldade da escola em abordar esta temática como conteúdo multidisciplinar a ser enfatizado durante todo o ano letivo, ainda que o autor proponha a inclusão do negro e suas relações étnico-raciais em conteúdos no decorrer dos temas expostos por todo o livro. No entanto, as mesmas defendem as ideias propostas pelo autor, de desde o início do livro, já instigar uma discussão no que se refere à temática Afro, oferecendo subsídios por meio de imagens e textos disponibilizados pelo autor.

Verificou-se que ambas as professoras reconhecem o livro didático como auxiliar na formação de identidade dos alunos, principalmente ao afirmarem que alguns alunos do 6º Ano já conseguem identificar o negro como um sujeito construtor da história, resultante também da contribuição das novas abordagens propostas por autores como BOLOUS. Porém, há um gargalo por parte das mesmas em manter essa multidisciplinaridade, e, portanto, apontam somente as discussões sobre as relações étnico-raciais em atividades realizadas pela escola somente pontuadas em datas específicas como 13 de maio (Dia da Abolição da Escravatura), dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) ou em forma de projetos já inclusos no calendário determinado pela Secretaria Municipal de Educação, mesmo havendo o conhecimento da relevância e obrigatoriedade da Lei 10.639/2003 e sua aplicabilidade.

No que tange o uso o manual do livro didático proposto pelo autor, que oferece suporte com textos complementares a serem trabalhados em sala de aula durante todo o ano letivo, como citado anteriormente, as professoras informaram utilizá-los, porém, reconhecem o uso de recursos e referências para além do proposto pelo autor. Inclusive, o uso do material didático-pedagógico a Cor da Cultura, que permitiu a formação das mesmas por meio de oficina oferecida pela Secretaria Municipal de Educação.

Considerações Finais

Diante deste breve trabalho, no que concernem as abordagens previamente realizadas sobre as exposições propostas pelo autor acerca do negro no livro didático de história, bem como a forma com que as professoras vêem e utilizam deste instrumento de subsídio metodológico em sala de aula, durante todo o ano letivo acerca do tema, como auxiliador na construção da identidade dos alunos.



Apresentou-se uma sucinta experiência obtida pelas professoras ao fazerem uso do livro de didático em seu cotidiano no tocante da temática Afro, em que se pode verificar a necessidade e urgência em reformular o uso deste recurso e, portanto, a percepção da temática como conteúdo multidisciplinar a ser explorada pela comunidade escolar integralizando-o efetivamente a discussão no âmbito escolar durante todo o ano letivo, para que se faça reconhecer este sujeito de proeminente influência na construção da história do Brasil, bem como corroborar para a execução efetiva das políticas elaboradas em torno do negro, que possuem a sua relevância e necessidade de eficácia como afirmação dos discursos elaborados a serem concretizados.

Diante do disposto, ressalta-se a necessidade da constante elaboração de políticas de formação de professores acerca do tema, além de maior acompanhamento no desenvolvimento das atividades dos mesmos, permitindo identificar as dificuldades encontradas em sala de aula, para que assim, possa oferecer suporte para melhor resultados das discussões no que se refere à temática.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Holien G. **O processo de avaliação de livros didáticos** – História. Anais do XX Simpósio Nacional de História – ANPUH. Florianópolis, julho 1999.

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: O saber histórico na sala de aula. São Paulo: FTD, 2005.

BOULOS Júnior, Alfredo. **História** sociedade & cidadania – Edição: reformulada, 6º ano. 2. ed. – São Paulo: FTD, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Livro didático**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>. Acesso em: 02 Agost 2016.

BRASIL. Ministério da Educação – Programa Dinheiro Direto na Escola/Interativo . **Livro didático**. Disponível em: <http://pddeinterativo.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 Agost 2016.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

DOMINGUES, Petrônio. **Um “templo de luz”**: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. (p. 517 a 596). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/08.pdf>. Acesso em: 28 Jul 2016.

FILHO, João Cardoso Palma. **A educação brasileira no período de 1930 a 1960**: a Era Vargas. Acervo Digital UNESP. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso em: 28 Jul 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

SERRANO, Carlos. **Memória D'África**: a temática africana em sala de aula. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010.